

EDWIGES DE SÁ PEREIRA: UM DISCURSO PARA E PELA MULHER

Zuleica Dantas Pereira Campos*

Esse temeroso e irrequieto século vinte conta pouco mais de um quadrante, e tão forte é o impulso que o move, tão avançadas as suas conquistas que parece não haver deslocado somente pouco mais de noventa graus na sua órbita; o seu giro mais se assemelha a uma acrobacia arriscada. Que fragor de sucessos! Que ascensões imprevistas! Que mudanças de cenários! E, dentro da inquietação que assoberba os espíritos, que diretriz poderá tomar a questão feminista, que bússola a norteará á meta de suas aspirações? (PEREIRA, 1932:4)

O objetivo deste artigo é fazer uma análise do discurso de Edwiges de Sá Pereira, apresentado ao Segundo Congresso Internacional Feminista em 1931. Para tanto é necessário, primeiramente, entender o contexto histórico do tempo e lugar onde este texto foi produzido, como também enveredar um pouco pela biografia da autora, no sentido de compreender melhor a construção do seu discurso.

A história do movimento das mulheres apareceu como campo definido nas três últimas décadas do século XX. Apesar das enormes diferenças em suas representações e do lugar a ela concedido pelas associações disciplinares, parece não haver mais dúvidas que sua história de lutas é uma prática estabelecida em muitas partes do mundo.

As mudanças de comportamento feminino ocorridas ao longo das três primeiras décadas do século passado incomodaram conservadores, deixaram perplexos os desavisados, estimularam debates entre os mais progressistas. O ritmo das mudanças ocorridas veio acompanhado de certa ansiedade por parte dos segmentos mais conservadores da sociedade. Não faltaram vozes para entoar publicamente um brado feminino de inconformismo, tocado pela imagem depreciativa com que as mulheres eram vistas e se viam e, sobretudo, angustiadas com a representação social que lhes restringia tanto as atividades econômicas quanto políticas (Cf. MALUF; MOTT, 1998).

No Brasil dos anos trinta, marcado pela crescente urbanização e a rápida evolução industrial, a participação da mulher além das fronteiras domésticas é ampliada. Através do rádio, a mulher informa-se sobre as rápidas mudanças da vida moderna. No comércio e nas indústrias aumentam as ofertas de emprego e chega a vez da mulher de classe média trabalhar fora. Em sintonia com a situação mundial, não são poucas as oposições a sua inserção no mundo do

* Professora Adjunto III do curso de História e do Mestrado em Ciências da Religião da UNICAP.

trabalho ao alvorecer da República Nova. Apesar da discordância das alas conservadoras, ativa-se a participação da mulher na sociedade Brasileira (Cf. Nosso Século, 1980.)

Em pleno processo de modernização em que tradições e costumes diferentes conviviam juntamente com a urbanização, a imprensa feminina, realçava a importância e sentido da educação. Com linguagem didática e profissional emitiam conselhos acerca da formação mais adequada a ser ministrada às moças daquele tempo.(Cf. MALUF, MOTT, Op. Cit., 1998.

O Recife, terceira capital do Brasil, era o centro econômico, político e cultural do Norte/Nordeste. Cidade moderna, com transportes urbanos, abastecimentos de gás, água e luz elétrica, cotidiano dinâmico com todos os problemas das grandes urbes. Da mesma forma, do ponto de vista cultural e político, possuía avançados centros acadêmicos, hospitalares, comerciais, empresariais, cujos serviços, atendiam, às demais regiões. (Cf. SARMENTO, 1998.)

É nesse contexto, que Edwiges de Sá Pereira escreve seu discurso de caráter feminista, a ser apresentado no congresso de âmbito internacional. Porém, antes de enveredarmos pela análise de sua fala, é importante conhecer um pouco a biografia de nossa personagem.

Nasceu em Pernambuco, no século XIX. Colaborou com a imprensa feminista, defendendo a causa da “elevação” intelectual da mulher e escrevendo textos literários. Publicou nas revistas *Esgrínio*, editada no Rio Grande do Sul por Andradina de Oliveira¹, e *O Lírio*, de Pernambuco. Participou das primeiras iniciativas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), especialmente do I Congresso Internacional Feminista, realizado em dezembro de 1922. Ao longo da década de 1920, continuou se correspondendo com as feministas do sul e sudeste do Brasil. Em maio de 1931 fundou a seção pernambucana da FBPF assumindo a presidência da entidade de 1931 a 1935. Era membro da Academia Pernambucana de Letras e professora da Escola Normal do Recife. (Cf. SCHUMACHER, 2000. p.189)

Em 1931, ao participar do II Congresso Internacional Feminista na cidade do Rio de Janeiro, apresentou a tese *Pela Mulher e Para Mulher*, a qual será tomada aqui como documentação principal para a análise do seu discurso.

Os pressupostos teóricos que acompanharão esta análise foram inspirados na escola francesa, mais particularmente no pensamento de Michel Foucault. Este compreende que, através

¹ Educadora, escritora e feminista gaúcha. Fundou em 1898, na cidade de Bagé - RS, o jornal *Esgrínio*, cujo lema era “Pela Mulher”. O jornal foi editado durante nove anos, primeiro em Bagé e depois em Santa Maria. Sua publicação foi interrompida por um tempo reaparecendo em 1909, sob a forma de uma revista ilustrada, em Porto Alegre. (SCHUMACHER, 2000. p.72.)

da formação discursiva de cada momento histórico, as suas estruturas epistemológicas, representadas no jogo das relações sociais, políticas, jurídicas, filosóficas, dentre outras, embasam todos os conhecimentos de uma dada época histórica. Essas estruturas se relacionam e interrelacionam, formando uma intrincada rede que denota o comportamento coletivo desse momento da humanidade, que pensa, compreende e avalia. Ao mesmo tempo em que essas estruturas dão sustentação a um determinado momento histórico, também representam ou engendram o próprio aniquilamento, ou a possibilidade de superação desses acontecimentos históricos. Assim, a história da humanidade é, antes de tudo, descontínua.(Cf. FOUCAULT, 1997)

Neste sentido, a assimilação/negação de valores é sempre uma atividade, um fazer que se entrelaça com a representação, e que mesmo assim pode alterar o já feito, ou o já dito. Assim, quando o discurso visa consagrar a oposição homem/mulher, tem como objetivo fazer coincidir os eventos e a sua significação. A realidade, portanto, é aquilo que nunca coincide consigo mesma porque depende não só de como ela se apresenta, mas também do olhar que recai sobre ela. (Cf. MALUF, MOTT, Op. Cit., 1998)

Ao iniciar o seu texto, Edwiges discorre acerca do “povo” brasileiro. Aí suas afirmações não se diferenciavam das idéias de grande parte dos intelectuais brasileiros de então. Inicia sua tese afirmando que, se a raça brasileira fosse de tipo definido, de hereditariedades comuns, de tradições idênticas, o problema da nossa educação popular não deixaria de oferecer aspectos desconcertantes. A enormidade do território brasileiro, as influências climatéricas e mesológicas diversas, nas desproporcionadas parcelas em que o país se retalha, e sua deficiente população, teria necessariamente de serem levados em consideração. Nesta perspectiva a autora afirma:

...somos(...)um povo velho, de civilização multiseular, com todos os característicos de sua estrutura ethnica, dono de virtudes e vícios que se misturam e se entrechocam imprimido-lhe o traço inconfundível destacado pelos nossos historiadores; um povo selvagem, sem noção dessas duas entidades abstractas, vivendo apenas do instinto; um povo semi-barbaro e inferior, sem energias para reação e o protesto, sem intuição de direito ou justiça – eis os elementos constitutivos da nossa nacionalidade na sua origem biológica e social (PEREIRA, 1932:02-03).

Como se pode perceber, seu discurso está enraizado nas idéias racistas da maior parte dos intelectuais brasileiros dos anos trinta. Para estes, o principal problema na constituição da nossa identidade, residiria no processo de miscigenação. Nomes como Oliveira Vianna, Euclides da

Cunha, entre outros, propagaram em suas obras um certo desprezo e hostilidade para com o brasileiro de cor, cujas raízes nasceram provavelmente nos preconceitos do grupo social a que pertenciam. Para combater os malefícios da inferioridade biológica, Oliveira Vianna apontava a senda salvadora do embranquecimento (VIANNA, 1932). Euclides da Cunha (1963) considerava o sertanejo como uma forma de mestiçagem que, se estabilizada, poderia originar uma futura raça brasileira. Este tipo é para ele, diferente dos mulatos neurastênicos do litoral. Assim encontra de forma “científica” um tipo brasileiro: mestiço, moreno e sertanejo.

Essas idéias parecem ter inspirado de forma marcante a narrativa de Edwiges:

É para uma nacionalidade assim promiscua, assim arbitraria que devemos elaborar um processo educativo que a todos atinja, a todos aproveite, a todos interesse pela harmonia indispensável entre a natureza do educando e a natureza da educação. (PEREIRA, Op. Cit., 1932:03)

Apesar da autora tomar como parâmetro essas idéias, também fica claro em sua fala que a educação do brasileiro, apesar das dificuldades com relação à miscigenação e outros aspectos extremamente diversificados de nossa formação, deveria ser estendida a toda população, de forma a tornar os brasileiros competitivos e capazes de enaltecer o futuro do país:

Alfabetisar somente já não basta. Apparelhar o individuo para a competição de capacidades, valorisa-lo, tornar o trabalhador não apenas um ganha-pão miserável de um lar, mas o cooperador consciente e eficiente da riqueza coletiva – eis o que levaria as nossas estatísticas, na enumeração das forças naturais do paiz, a destacar o capital humano antes pela qualidade, que pelo numero de cabeças incultas e de braços inactivos.(Idem:03)

Porém, falar da educação do brasileiro de uma forma genérica não foi o objetivo da tese apresentada por Edwiges. Sua argumentação está voltada para o tema exclusivo da educação da mulher brasileira, independente do lugar em que ocupe na estratificação social. Para tanto, estabelece três categorias as quais as mulheres brasileiras se enquadrariam: a que não *precisa* trabalhar; a que *precisa e sabe* trabalhar; a que *precisa e não sabe* trabalhar.

Através destas três categorias, onde a autora estabeleceu uma relação entre o saber e a necessidade, define a situação da mulher brasileira em relação às condições econômicas de cada classe. Assim, a mulher de classe alta não *precisa trabalhar*; a de classe média, *sabe e precisa trabalhar*; e a da classe baixa, *não sabe e precisa trabalhar*.

Dentro desta perspectiva Edwiges esclarece que, se sua preocupação fosse apenas o lado utilitário, de imediata aplicação às exigências materiais, faria alvo único deste estudo, a mulher classificada na terceira categoria, aquela que *não sabe e precisa trabalhar*. Porém, como toda voz deixa eco e toda trajetória deixa rastro, é necessário estudar o problema da educação feminina de uma forma mais vasta, como um novelo que se desenrola a partir das camadas em evidência, para a origem obscura do fio.

Continua sua dissertação discorrendo primeiramente sobre a situação da mulher que *não precisa* trabalhar. Categoria predominante em outras épocas onde era coisa interessante “ser mulher de certa linhagem”, tendo por exclusiva ocupação a chave da dispensa, a agulha e o terço. Vida amorfa, pela ausência de personalidade. Vida simples, patriarcal, sem contato com as idéias de outras inteligências, sem anseios, sem inquietações de ordem externa. Passou.

O argumento de autora é que a abolição dos escravos tirou muita gente branca do ócio para o trabalho, e, muita gente negra do trabalho para o ócio. A transição, porém, brusca e chocante, foi dolorosa. E a mulher sentiu-se francamente deslocada no meio em que se movia: tanto a que fora senhora, como a que já não era escrava. Para Edwiges, a campanha abolicionista mesmo reanimando antigas tradições patrióticas e comovendo o sentimentalismo inato do sexo, despertou esta para sua indolência ou passividade, e o gesto altruístico e nobre que a levou a colaborar na soberana obra redentora, efetivada ainda por uma mulher, deu-lhe o gosto para novas lutas e novas conquistas. As mulheres passaram a considerar as coisas para além do ambiente familiar. Dominou-as um alto espírito de sociabilidade, uma necessidade maior de cultura, desenvolvendo-se então uma espécie de hierarquia onde as mais ricas e as mais cultas são as mais nobres:

Com esta situação destacou-se muito a personalidade da mulher que não precisa trabalhar para as exigências inilludíveis da propria subsistência. E esta personalidade (...)foi pouco a pouco se desdobrando, a pouco e pouco ingressando nas actividades fóra do lar. As associações religiosas a principio, depois a caridade associada(...) Hoje, mais não. Hoje a mulher que pode não limita a sua acção: ella projecta para um destino de maior expansão as iniciativas de que se sente capaz. (Idem:07) (Grifos da autora)

A segunda categoria, a mulher que *precisa e sabe* trabalhar, é toda uma grande história dolorosa. Encarna a reivindicação do *direito de viver*, que levou as feministas combatentes de outros países à discussão e controvérsia de sociólogos modernos. As contingências arrastavam as

mulheres desprotegidas sob o lema: *trabalha ou degrada-te*. E as fábricas se apresentaram à proletária como uma providencial solução. Porém aqui, analisa a autora, encontra-se em conflito a tese de proteção individual com a imperiosa tese de proteção à espécie:

Eis o ponto melindroso do problema, a tecla mais desconcertante no desafinado concerto dos anti-feministas irreductíveis. O trabalho das fábricas não poderia convir á mulher porque affectaria a sua natureza organica, diminuiria a sua capacidade procreadora, comprometeria a natalidade, concorreria para a despolação.(...) Proclamam que(...) ‘ a mulher que se faz operaria deixa de ser mulher’; - ‘a mulher nas officinas e nas fabricas, entre outros prejuizos e inconvenientes, perde ou barateia o direito ao sentimento de pudor’. E ainda o cardeal Manning acrescenta ser uma prevaricação faltar a mulher á clausula do contracto conjugal, que a obriga durante toda a vida a cumprir os deveres de esposa, mãe e governante, para contractar-se a tanto por semana em uma fabrica, o que impossibilita-a de satisfazer o primeiro contracto. (Idem: 07- 08)

Nossa feminista rebate esta tese afirmando primeiramente que, o índice de mortalidade infantil, considerado alto entre as populações trabalhadoras dos grandes centros urbanos, só poderia ser atribuído a situação precária das mães. Também responde às afirmações do cardeal Manning lembrando-lhe que no contrato bi-lateral do matrimônio a reciprocidade dos deveres é clara, e se o homem por qualquer circunstância falta a cláusula principal – manutenção da família – desobriga implicitamente a mulher das ocupações exclusivas do lar. Esta se é mãe, com mais razão ainda, tem o direito muito humano de procurar com o seu trabalho honesto, o pão prometido e falhado.

Nas grandes urbes, já não apenas fábricas e ateliês se abrem para a mulher que *precisa e sabe* trabalhar. O cérebro que a displicência atrofiava, os braços que a falta de ação paralisava, à vontade que a passiva resignação coagia, cedem ao dinamismo e, acionado por invencível força, pensa, movimenta-se, age. E unidas as duas correntes, as mulheres *que não precisam* e as que *precisam e sabem trabalhar* organizam-se, protestam, e reclamam a conquista de direitos civis e políticos, na aspiração de colaborar nos dispositivos das leis que, regulando a sociedade, vão se refletir nos costumes.

Da ação conjunta das duas correntes, a das mulheres que *não precisam* trabalhar e daquelas que *precisam e sabem* trabalhar, deverá sair a redenção das mulheres da terceira categoria: as que *precisam e não sabem* trabalhar. É esmagador o número delas. Para Edwiges, uma vez firmada a conquista feminina no direito, o primeiro passo a ser pleiteado é o socorro a essa categoria de mulher brasileira. Esta que não está nos salões, na burocracia, nos ateliês e nas

fábricas. Mas que está, ignorante e primária, na dolorosa avalanche de incapazes que, impúberes ainda, vagueiam pelas ruas da cidade, esmolam pelos cafés e pelos templos, e se arrastam no declive de todas as indigências ao despudor de todos os vícios:

Não chega para esta classe nem escola, nem hygiene, nem religião. O aparelhamento de capacidades conforme o gênero de vida relativo ao habitat das gentes do interior é providência de que seriamente ainda não se cogitou entre nós.

A proteção á especie (...) não preocupou na altura do problema o espirito dos que fazem as leis e regulam os destinos da nacionalidade. O numero de recém-nascidos sacrificados á inépcia das mães, a devastação pelas verminoses e outras entidades morbidas constituem um perigo muito maior da despopulação do que, porventura o labor orientado e disciplinador das fábricas e das actividades profissionais, manuaes ou mecânicas (Idem:10).

Por fim a autora proclama que é preciso uma campanha no sentido de valorizar esta gente educando-a, higienizando-a, moralizando-a. Concorda com Oliveira Vianna quando este afirma que somos um dos povos que menos se estudam a si mesmos. Quase tudo ignoramos em relação a nossa terra, a nossa raça, as nossas regiões, as nossas tradições, a nossa vida, enfim, como agregado humano independente:

Ao feminismo no Brasil, com o direito do voto em perspectiva, dentro de sua divisa rigorosamente humana – ‘pela mulher, para mulher’ – cabe uma nobre tarefa patriótica, social e christã. Da sua acção perante os governos, do seu esforço moral e material resultará ad futurum a efficiencia de elemento feminino nacional, influindo como capital valorizado na economia do paiz (Idem:11)

Em síntese, argumenta Edwiges, O Brasil com 80% de analfabetos só poderá ter uma mentalidade fragmentária e desconexa; e, se a nacionalidade só se afirma se for consciente e só será consciente se for educada; se às mães compete responsabilidade maior na formação moral da família; se a mulher de classe popular no Brasil não tem, em regra, educação que a responsabilize pelo valor social de sua prole, conclui:

Que se promova a centralização da instrucção popular, passando a União a tutelar directamente a causa mater do interesse nacional.

E que dentro de uma organização, uniforme na finalidade e variada na modalidade, com a necessaria cooperação dos estados, postos de profilaxia, escolas intinerantes, escolas fixas se espalhem por todos os centro urbanos e ruraes do paiz, nas cidades mais populosas, no interior mais remoto, onde quer que exista um nucleo apreciavel a associar. E que

sejam escolas activas: pedagogicas, domesticas, profissionaes, agricolas – onde a collaboração feminina se possa exercer num plano de protecção e defesa para a finalidade social da mulher, e a coordenação dos objectivos nacionaes consubstanciados na familia, na moral, na religião, na liberdade. (Idem:12)

Edwiges deixa transparecer em seu discurso que está consciente da forma desigual com que as diferentes regiões, cidades e população brasileira, absorveram os novos padrões de comportamento e de consumo advindos com o processo de modernização do país.

Como assinalam MALUF e MOTT (1998), no início do século XX, a grande maioria das mulheres, além de realizar todo o serviço doméstico, era responsável pela sobrevivência do grupo familiar. Estava excluída do mercado formal de trabalho e exercia as tarefas menos qualificadas e mais desvalorizadas, executadas com frequência dentro de casa, juntamente com os serviços domésticos. É a preocupação com esse grupo de mulheres que leva a autora a propor novas práticas de educação feminina, dando ênfase à qualificação profissional tanto nos meios urbanos como nos meios rurais.

Assim seu discurso pode ser interpretado como tendo as seguintes características:

- a) Apresenta-se consoante com o pensamento da época acerca da “raça” brasileira e da idéia de miscigenação como sendo um processo “degradante” para nossa sociedade.
- b) Tem uma concepção de educação ampliada: não basta alfabetizar é preciso capacitar, profissionalizar.
- c) É a mulher que *não precisa* trabalhar e a que *precisa e sabe* que deverão protestar e conquistar os direitos civis e políticos, libertando da opressão, aquela mulher que *precisa e não sabe trabalhar*.
- d) As duas primeiras categorias de mulheres terão antes de tudo de firmar a conquista feminina no direito, depois disso, é possível o socorro a terceira categoria.
- e) A nacionalidade, exercida pelas mulheres com educação e consciência, é conquista essencial para aquelas que dispõem da responsabilidade maior na formação moral da família.

É nesses termos que as iniciativas da Federação Pernambucana, liderada por Edwiges, se pautaram pela ênfase na educação. Suas dirigentes escolheram como prioridade fundar a Escola de Oportunidades, um fórum de reflexão sobre temas educacionais. Fugindo à tônica do

movimento feminista nos demais estados, e da orientação seguida pela direção nacional da FBPF, a seção pernambucana dava firme apoio aos princípios católicos. (Cf. SCHUMAHER, 2000: 189)

Edwiges e suas colaboradoras defenderam a participação de Bertha Lutz² no grupo de juristas responsáveis pela redação do anteprojeto constitucional. No início de 1933, quando o país se preparava para eleger os deputados constituintes, a Federação Pernambucana incumbiu Georgina Barbosa Viana de representá-la na Convenção Eleitoral Feminina, no Rio de Janeiro, levando propostas de inclusão no texto constitucional de obras contra as secas, recusa ao serviço militar obrigatório para mulheres e apoio ao ideário católico. Em 1937, com a decretação do Estado Novo, o movimento feminista foi sufocado. (Cf. SCHUMAHER, 2000: 189)

As conquistas feministas no exterior encontraram repercussão no Brasil. O governo provisório da República Nova acatou algumas das reivindicações do movimento. Em 1932, quando foram marcadas as eleições para a Assembléia Constituinte, uma das principais aspirações das militantes brasileiras foi acatada: o direito de voto às mulheres (Cf. Nosso Século – 1930/1945 – :1980).

Essas campanhas feministas para a melhoria das condições profissionais das mulheres, principalmente aquelas das camadas populares, como também as lutas por uma participação ativa na vida política brasileira, aí incluindo as mulheres de todas as camadas sociais, envolveu a expansão dos limites da história. Esta não foi uma operação direta, não foi simplesmente uma questão de adicionar algo que estava anteriormente faltando. Em vez disso, foi o início de uma árdua luta de inclusão social que desafiou as premissas disciplinares estabelecidas.

REFERÊNCIAS

CUNHA, Euclides R. P. da. **Os Sertões: Campanha de Canudos** – 27.ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber** – 5ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

² Desde 1918, uma das principais líderes na luta pelos direitos das mulheres no Brasil. Foi a fundadora, em 1922, da Federação Brasileira Pelo Progresso Feminino (FBPF)

MALUF, Marina & MOTT, Ma. Lúcia. Recônditos do Mundo Feminino. In. SEVCENKO, Nicolau. (org.) **História da Vida Privada no Brasil – República:** da Belle époque à Era do Rádio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. Vol. 3

Nosso Século – 1930/1945 – São Paulo: Abril Cultural, 1980.

PEREIRA, Edwiges de Sá. **Pela Mulher, para a mulher** – Trabalho apresentado ao II Congresso Internacional Feminista. Recife: Oficinas Graphics da Associação da Bôa Imprensa, 1932.

SARMENTO, Antonio Natanael M. **Urnas & Baionetas:** os comunistas na história política de Pernambuco – PE(1930-1935) – Recife: Tese de Doutorado. CFCH-UFPE (mimeo), 1998.

VIANNA, Oliveira. **Raça e Assimilação** - São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1932.